



O NOVO NORTE

**PROGRAMA OPERACIONAL
REGIONAL DO NORTE**


Orientação de Gestão 1/2011 - Rev. 1 (2012)


Contratação Pública - Regime Aplicável aos beneficiários do ON.2 que não sejam entidades adjudicantes nos termos do CCP

**(Não aplicável aos beneficiários de projetos aprovados na Rede dos Sistemas de
Incentivos que adoptam, nesta temática, as orientações dos Organismos
Intermédios)**

ENQUADRAMENTO LEGAL/FICHA DE VERIFICAÇÃO

CCDRN 
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

 **QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICA
NACIONAL**
PORTUGAL 2007-2013

 **UNIÃO EUROPEIA**
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

1. OBJETIVO DA REVISÃO DA OG 1/2011

A Autoridade de Gestão do ON.2 (doravante AG), em maio de 2011, através da Orientação de Gestão 1/2011 (doravante OG 1/2011), pretendeu compatibilizar: (a) as diretivas comunitárias, em matéria de Contratação Pública, (b) a comunicação interpretativa da Comissão sobre o direito comunitário aplicável à adjudicação de contratos não abrangidos, ou apenas parcialmente, pelas diretivas comunitárias relativas aos contratos públicos (2006/C 179/02) com o (c) Código dos Contratos Públicos (CCP) e, nomeadamente, com as (d) alterações que lhe foram impostas pelo Decreto-lei n.º 278/2009, de 2 de outubro.

Volidos mais de 12 meses da entrada em vigor da OG 1/2011, em 1 de outubro de 2011, impõe-se uma revisão e clarificação da mesma, nos termos aqui apresentados, considerando:

1. As dúvidas apresentadas pelas entidades beneficiárias;
2. O Memorando assinado entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional;
3. A Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de outubro de 2011, relativo à modernização no domínio dos contratos públicos;
4. O Regulamento CE n.º 1251/2011, de 30 de novembro (altera os limiares comunitários da Contratação Pública, a partir de 1 de janeiro de 2012);
5. A entrada em vigor do Decreto-lei n.º 142/2012 que impõe os mesmos limiares internos para Organismos de Direito Público e Entidades Adjudicantes Clássicas.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A Orientação de Gestão 1/2011 (REV. 1/2012) tem como suporte jurídico o abaixo elencado, aplicando-se aos procedimentos de contratação pública iniciados após 1 de dezembro de 2012.

2.1. REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AOS PROCEDIMENTOS INICIADOS APÓS 1 DE DEZEMBRO DE 2012

2.1.1. LEGISLAÇÃO MAIS RELEVANTE

Comunitária

- Diretiva n.º 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e posteriores alterações;
- Diretiva n.º 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços e posteriores alterações;
- “Comunicação interpretativa da Comissão sobre o direito comunitário aplicável à adjudicação de contratos não abrangidos, ou apenas parcialmente, pelas diretivas comunitárias relativas aos contratos públicos” - 2006/C 179/02 (Anexo I).

Nacional

→ Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP) e transpõe para o ordenamento jurídico interno as Diretivas 2004/17/CE e 2004/18/CE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004 e respetivas alterações.

3. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

A OG 1/2011 aplica-se às entidades beneficiárias do Programa Operacional ON.2. que não sejam entidades adjudicantes por não reunirem os requisitos legais enunciados no CCP (salvo os beneficiários dos projetos aprovadas na Rede dos Sistemas de Incentivos que adotam, nesta temática, as orientações dos Organismos Intermédios).

3.1. EQUIPARAÇÃO

Caso a entidade beneficiária não seja, nos termos do CCP, uma entidade adjudicante, deve seguir o seguinte regime:

3.1.1.-Empreitadas:

- a) Para contratos com valores iguais ou superiores a 5.000.000€ (limiares comunitários), as entidades beneficiárias devem seguir o procedimento do Concurso Público Internacional de acordo com regime jurídico nacional (CCP)

e comunitário (Diretivas) da Contratação Pública previsto para os Organismos de Direito Público.

- b) Para contratos com valores iguais ou superiores a 350.000€ mas abaixo dos 5.000.000€, as entidades beneficiárias devem seguir o procedimento de concurso público (CCP).
- c) Para contratos com valores iguais ou superiores a 150.000€ mas abaixo dos 350.000€, as entidades beneficiárias têm de consultar, no mínimo, 3 entidades.
- d) Para contratos com valores inferiores a 150.000€, não será necessário formalizar um procedimento de contratação pública.

3.1.2. Aquisição de Bens ou Serviços

- e) Para contratos com valores iguais ou superiores a 200.000€ (limiares comunitários), as entidades beneficiárias devem seguir o procedimento do Concurso Público Internacional de acordo com regime jurídico nacional (CCP) e comunitário (Diretiva) da Contratação Pública previsto para os Organismos de Direito Público.
- a) Para contratos com valores iguais ou superiores a 75.000€ mas inferiores a 200.000€, as entidades beneficiárias têm de consultar, no mínimo, 3 entidades.
- b) Para contratos com valores inferiores a 75.000 €, não será necessário formalizar um procedimento de contratação pública.

CONTRATO	VALOR	PROCEDIMENTO	FICHA DE CUMPRIMENTO A PREENCHER PELO BENEFICIÁRIO
Bens e serviços	≥ 200.000€	Concurso Público Internacional	Modelo C
	≥ 75.000€ < 200.000€	Consulta	Modelo E
	< 75.000€	-	Modelo E
Empreitadas de obras públicas	≥ 5.000.000€	Concurso Público Internacional	Modelo C
	≥ 350.000 € < 5.000.000€	Concurso Público	Modelo C
	≥ 150.000€ < 350.000€	Consulta	Modelo E
	<150.000€		Modelo E

4 - PROCEDIMENTO DE CONSULTA

Nos casos em que têm de consultar, no mínimo, 3 entidades, os beneficiários podem seguir os procedimentos previstos no CCP (Concurso Público ou Ajuste direto com convite a três ou mais entidades) ou optar por um procedimento simplificado do qual conste as seguintes evidências:

- 1) Convite com indicação do critério de adjudicação (mais baixo preço ou proposta economicamente mais vantajosa);

- 2) Relatório onde se demonstre a escolha da entidade adjudicatária com a aplicação do critério de adjudicação;
- 3) Contrato Escrito.

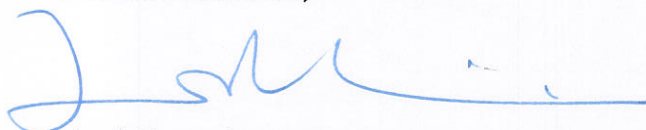
5 - EXCLUSÕES

A presente orientação não se aplica aos contratos excluídos/contratação excluída, previstos nos artigos 4.º e 5.º do CCP, desde que a entidade beneficiária proceda a fundamentação da exclusão e preencha a Ficha de Cumprimento Modelo E.

A presente orientação admite que as entidades beneficiárias escolham um procedimento de ajuste direto em função de critérios materiais, previstos nos artigos 23.º a 27.º do CCP, desde que procedam à sua fundamentação, formalizem um procedimento de ajuste direto e preencham a Ficha de Cumprimento Modelo C.

Porto, 9 de Novembro de 2012

O Gestor do ON.2,



(José Manuel Duarte Vieira)

